Estratégias para promoção da frequência escolar: Caixa escolar em Minas Gerais, (1910)

Fabiana de Oliveira Bernardo

Universidade Federal de Minas Gerais

O início do século XX, em Minas Gerais, representa um período de profundas reformas na educação pública primária. A reforma João Pinheiro (1906), uma das mais debatidas pela historiografia, bem como a Reforma Bueno Brandão (1911) são fontes que nos permitem compreender uma série de sentidos que se queriam construir para e pela escola pública.Podemos elencar a caixa escolar, objeto privilegiado desse trabalho, como uma das iniciativas elaboradas pelos republicanos na consolidação de seus projetos. A organização institucional da caixa escolar deve ser considerada como um vetor que foi além de sua prescrição legal e amparou o processo de construção da República em Minas Gerais. Como amparo teórico principal, baseamo-nos nos debates de Ginzburg que considera que as representações são uma articulação entre o objeto e o que se diz sobre ele. O conceito de representações tem sido utilizado com bastante frequência nas pesquisas históricas como instrumento metodológico. Ele nos auxilia a inquirir sobre os processos de construção das configurações sociais e conceituais passadas. Ao utilizar esse conceito, intentamos compreender os processos a partir dos quais foram construídos sentidos para a caixa escolar, para seus associados e para o Estado promotor de sua regulamentação. Buscamos entender, ainda, de que maneira aqueles sujeitos concebiam a si mesmos, como se identificavam, e quais eram os pressupostos que compartilhavam ao formular projetos comuns de futuro.Esse trabalho foi elaborado a partir do corpus documental arrolado no Arquivo Público Mineiro com destaque para correspondências entre diretores de Grupos Escolares e o Secretária do Interior. Outras fontes utilizadas são as publicações oficias disponíveis na Hemeroteca da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa. Esse trabalho intenta demonstrar que tanto o Estado quanto a sociedade civil estavam organizados em prol da promoção da instrução de crianças. Paulatinamente, foi construído e difundido um discurso de responsabilidade que se legitimou. Durante a pesquisa refletimos sobre as representações que perpassam os discursos acerca da caixa escolar e de sua função social no contexto de implementação da reforma que a tornou obrigatória nos grupos escolares em Minas Gerais. No decorrer da análise, verificamosque seria necessário conhecer os discursos criados sobre o Estado organizador e incentivador da implementação das caixas, uma vez que percebi uma conexão entre o que se dizia sobre a caixa e o que se dizia sobre o Estado. Da mesma maneira, a pesquisa nos permitiu verificar que os sócios se tornaram alvo de um discurso muito específico, no qual se discorria sobre a sociedade apoiadora da instituição. Essas representações emergiram, principalmente, dos discursos proferidos por membros da Secretaria do Interior, do corpo escolar e da diretoria das caixas escolares. Identificamos, ainda, quem fala, o que fala e com que objetivo fala, visto que intentei examinar se havia uma continuidade entre os discursos dos sujeitos envolvidos.